

AMEAÇAS DE TRUMP AO BRASIL E SEUS EFEITOS PSICOPOLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2026 E ECONÔMICOS NO MERCADO: UMA ANÁLISE MATERIAL DOS DISCURSOS

TRUMP'S THREATS AGAINST BRAZIL AND THEIR PSYCHOPOLITICAL
EFFECTS ON THE 2026 PRESIDENTIAL ELECTION AND ECONOMIC EFFECTS
ON THE MARKET: A MATERIAL ANALYSIS OF DISCOURSES

AMENAZAS DE TRUMP A BRASIL Y SUS EFECTOS PSICOPOLÍTICOS EN LAS
ELECCIONES PRESIDENCIALES DE 2026 Y ECONÓMICOS EN EL MERCADO:
UN ANÁLISIS MATERIAL DE LOS DISCURSOS

Adriano da Silva Rozendo¹, José Sterza Justo²

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6727

Recibido: 17/07/2026 | Aceptado: 12/08/2026 | Publicación en línea: 21/08/2026.

RESUMO

O artigo analisa as medidas adotadas pelo governo de Donald Trump em relação ao Brasil entre fevereiro de 2025 e julho de 2026 sob a perspectiva da psicopolítica, com ênfase na utilização do medo e da ansiedade como instrumentos de poder. Parte-se do pressuposto de que, no capitalismo contemporâneo, as disputas políticas mobilizam processos psicológicos, afetos e expectativas como estratégias de dominação e influência sobre indivíduos, instituições e mercados. O objetivo foi examinar como essas medidas podem atuar sobre o ambiente político, econômico e psicossocial brasileiro. Realizou-se pesquisa documental com triangulação de notícias publicadas nos portais G1, UOL Notícias e CNN Brasil, complementada por informações da Agência Brasil e da Câmara dos Deputados. Foram identificados cinco acontecimentos envolvendo medidas do governo Trump relacionadas ao Brasil, posteriormente analisados em conjunto com indicadores do mercado financeiro e dados de opinião pública. Os resultados indicam que os anúncios produziram repercussões imediatas sobre as expectativas econômicas, especialmente nas oscilações do dólar e do Ibovespa, embora seus efeitos eleitorais tenham se mostrado limitados. Conclui-se que a estratégia discursiva trumpista opera pela mobilização do medo, da ansiedade e da percepção de ameaça, buscando produzir instabilidade, intimidação e projeção simbólica de poder, frequentemente com efeitos psicopolíticos mais expressivos do que suas consequências materiais efetivas.

Palavras-chave: Psicopolítica. Medo. Ansiedade. Donald Trump. Brasil. Autoritarismo.

¹ Pós-doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: adrianorozendo@ufgd.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4609-8042>

² Livre-Docente em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: sterzajusto@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5472-9900>

ABSTRACT

This article analyzes the measures adopted by Donald Trump's administration toward Brazil between February 2025 and July 2026 from the perspective of psychopolitics, emphasizing the use of fear and anxiety as instruments of power. It assumes that, in contemporary capitalism, political disputes increasingly mobilize psychological processes, emotions, and expectations as strategies of domination and influence over individuals, institutions, and markets. The study aimed to examine how these measures may affect Brazil's political, economic, and psychosocial environment. A documentary analysis was conducted using methodological triangulation of news published by G1, UOL Notícias, and CNN Brasil, complemented by information from Agência Brasil and the Brazilian Chamber of Deputies. Five major events involving measures directed at Brazil were identified and analyzed alongside financial market indicators and public opinion data. The findings indicate that these announcements generated immediate effects on economic expectations, particularly on the exchange rate and the Ibovespa stock index, although their electoral impacts proved to be limited. It is concluded that Trump's discursive strategy operates through the mobilization of fear, anxiety, and perceptions of threat, seeking to generate instability, intimidation, and the symbolic projection of power, often producing psychopolitical effects that exceed its effective material consequences.

Keywords: Psychopolitics. Fear. Anxiety. Donald Trump. Brazil. Authoritarianism.

RESUMEN

El artículo analiza las medidas adoptadas por el gobierno de Donald Trump en relación con Brasil entre febrero de 2025 y julio de 2026 desde la perspectiva de la psicopolítica, con énfasis en el uso del miedo y la ansiedad como instrumentos de poder. Se parte del supuesto de que, en el capitalismo contemporáneo, las disputas políticas movilizan procesos psicológicos, afectos y expectativas como estrategias de dominación e influencia sobre individuos, instituciones y mercados. El objetivo fue examinar cómo estas medidas pueden incidir en el entorno político, económico y psicosocial brasileño. Se realizó una investigación documental mediante triangulación de noticias publicadas por G1, UOL Notícias y CNN Brasil, complementada con información de Agência Brasil y de la Cámara de Diputados de Brasil. Se identificaron cinco acontecimientos relacionados con medidas del gobierno de Trump dirigidas a Brasil, posteriormente analizados junto con indicadores del mercado financiero y datos de opinión pública. Los resultados muestran que los anuncios produjeron repercusiones inmediatas sobre las expectativas económicas, especialmente en las variaciones del tipo de cambio y del índice Ibovespa, aunque sus efectos electorales fueron limitados. Se concluye que la estrategia discursiva de Trump opera mediante la movilización del miedo, la ansiedad y la percepción de amenaza, buscando generar inestabilidad, intimidación y proyección simbólica de poder, con efectos psicopolíticos frecuentemente superiores a sus consecuencias materiales efectivas.

Palabras clave: Psicopolítica. Miedo. Ansiedad. Donald Trump. Brasil. Autoritarismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O avanço do capitalismo e a expansão do consumismo reificam os objetos, tornando-os mercadoria (Bauman, 2008). Conforme enfatiza Illouz (2011), até mesmo sentimentos, afetos e emoções passam a ser operados no mercado e submetidos a processos de produção e consumo, comercializados e mediados pelo dinheiro.

Bifo (2007) enfatiza o avanço do capitalismo financeirizado para as produções simbólicas, comandadas pelo mercado e orientadas pelo lucro, gerando uma inflação semiótica que coloca o sujeito na posição passiva de mero consumidor submetido a leituras, representações, sentidos e significações sobre si mesmo e sobre o seu mundo. O sujeito passa a ser atraído não pela materialidade dos produtos, mas pelos signos que os revestem, tais como as grifes, sua classificação como produto gourmet, o status social dado pela semiótica que os acompanha e assim por diante. O semiocapitalismo, conforme Bifo (2007), é um estado de extrema abstração da economia, que produz o consumo de signos e faz com que o sujeito se relacione afetivamente ou até sexualmente com esses signos. Tal como afirma Debord (1997, p. 13), parafraseando Feuerbach, "Sem dúvida, o nosso tempo prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser."

Rolnik (1997) argumenta que a própria identidade passa a ser objeto de consumo e negociada como mercadoria. Metaforicamente, afirma que as identidades são produzidas e oferecidas como mercadoria, podendo ser adquiridas em prateleiras de supermercado ou em lojas de shoppings, em sistema de prêt-à-porter, ou seja, prontas para levar. Nos avanços do consumismo, incluindo o consumo de identidades, nem é necessário ir ao encontro de algum item ou produto, pois ele é entregue prontamente ao consumidor, no sistema conhecido como delivery. Os itens de pronta entrega são bastante diversificados para atender à maior gama possível de demandas e desejos: roupas, adereços, alimentos, corte de cabelo, produtos cognitivos, afetivos, emocionais, culturais, simbólicos, linguagens, discursos, narrativas, conhecimentos e religiões, que podem ser adquiridos e entregues separadamente ou em pacotes.

Os revestimentos do sujeito pelas ofertas do mercado, valorizados pelo artifício da propaganda, tornam-no um corpo ambulante difusor da moda, exibindo grifes de todo tipo, desde aquelas estampadas em suas roupas até aquelas mais sutis incrustadas no seu modo de ser, estilo de vida, visão de mundo, linguagem e hábitos. A aparência dada por tais revestimentos é incorporada por identificações sintetizadas num todo ou mantidas como núcleos identitários mais

ou menos independentes que podem ser acionados casuisticamente (Hall, 2006). O sujeito da essência, caracterizado por qualidades supostamente assentadas em suas bases, com o avanço do capitalismo e a ascensão da burguesia, passou a dividir espaço com o sujeito da posse, constituído pelos seus bens. Mais recentemente, o sujeito da posse foi suplantado pelo sujeito da aparência, forjado por aquilo que ostenta, pela sua visibilidade, construído como um simulacro.

Conforme argumenta Baudrillard (1991), na atualidade não se trata mais de dissimular, ou seja, esconder o que se é ou o que se tem, mas sim de simular, ostentar o que não se é ou não se tem. O simulacro se constitui e opera pela aparência; é signo desprendido de qualquer referencialidade externa. É imagem que substitui a coisa e se torna inteiramente forjada e independente, conforme argumentava Debord (1977), inspirado em Marx, ao analisar o surgimento da sociedade do espetáculo.

A espetacularização de si e do mundo se intensifica no cenário atual, potencializada pelas tecnologias digitais. Enquanto as tecnologias analógicas dependiam de referentes ou de objetos que representavam, como no caso da fotografia, as tecnologias digitais são capazes de dispensar quaisquer referentes e produzir imagens, signos e verdades completamente autônomas, que se impõem e adquirem veracidade por si mesmas.

É nessa lógica dos simulacros que surge a pós-verdade, marcada por verdades autoengendradas que dispensam verificações externas de suas referencialidades (Baudrillard, 1991). São fabricadas e postas em circulação as fake news, os avatares e tantas outras simulações. Também é nesse contexto que proliferam as narrativas em substituição aos relatos, deslocando o eixo da verdade da correspondência com os fatos para construções simbólicas legitimadas por si mesmas.

Nesse cenário, a expansão do papel dos afetos, dos sentimentos e das emoções nas relações sociais e políticas passa a ocupar posição central. As transformações do capitalismo contemporâneo favorecem uma crescente emocionalização da vida social, da cultura e da política, ampliando o interesse de pesquisadores pela maneira como processos psicológicos podem ser mobilizados na produção de consensos, na adesão ideológica e no exercício do poder.

As transformações políticas contemporâneas têm sido acompanhadas por mudanças nas formas de exercício do poder, que já não se limitam à coerção direta, à institucionalidade estatal ou aos mecanismos tradicionais de persuasão. A expansão das tecnologias digitais, a aceleração dos fluxos de informação e a centralidade assumida pelas emoções, pelas expectativas e pelas percepções na vida pública ampliaram a importância da dimensão subjetiva nos conflitos

políticos. Nesse contexto, a psicopolítica oferece uma chave de leitura para compreender estratégias de poder que procuram alcançar os sujeitos por meio da mobilização de afetos, medos, ansiedades, identificações e expectativas, articulando processos psicológicos a disputas políticas, econômicas e comunicacionais (Han, 2018).

A ascensão de movimentos negacionistas, macarthistas, autoritários e conservadores em diferentes países torna especialmente relevante examinar como essas formas de intervenção sobre a subjetividade se articulam a decisões concretas de governos e lideranças políticas, sustentadas pela propagação da insegurança, do medo e da desinformação. Analistas políticos são enfáticos ao destacarem o uso do medo na psicopolítica trumpista. É notória a tentativa de Trump, em seus discursos, frequentemente divulgados por meio de mensagens curtas nas redes sociais, de intimidar adversários mediante ameaças de ataques militares ou de sanções econômicas. Frequentemente, essas ameaças ultrapassam o plano discursivo e alcançam o campo da ação direta, reforçando seu potencial de intimidação.

Partindo dessa problemática, este trabalho propõe-se a examinar medidas adotadas pelo governo Trump em relação ao Brasil entre fevereiro de 2025 e julho de 2026, articulando a análise documental de sua repercussão jornalística à observação de indicadores econômico-financeiros e de opinião pública. O interesse não consiste em atribuir causalidade, mas em investigar como ações de elevada visibilidade pública podem produzir instabilidade, mobilizar expectativas e atuar sobre o ambiente psicossocial, político e econômico. Para sustentar tal interpretação, inicialmente são discutidas as transformações contemporâneas do autoritarismo, a centralidade da psicopolítica e o papel do medo e da ansiedade no discurso trumpista; em seguida, apresenta-se a análise empírica dos acontecimentos relacionados ao Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

As transformações do capitalismo contemporâneo ampliaram significativamente a importância dos afetos, sentimentos e emoções na organização da vida social. Se, durante a modernidade, predominavam formas de sociabilidade estruturadas por objetivos racionais, divisão de tarefas e instituições relativamente estáveis, nas últimas décadas observa-se uma crescente valorização das experiências afetivas como elemento organizador das relações humanas. Essa mudança tem sido analisada por diferentes autores que destacam a passagem de uma racionalidade predominante para formas de organização social nas quais pertencimento,

identificação e emocionalidade assumem posição central (Han, 2018; Illouz, 2011; Maffesoli, 2011).

Ao examinar essas novas formas de sociabilidade, Maffesoli (2011) identifica o surgimento do neotribalismo, caracterizado pela constituição de agrupamentos organizados menos por interesses racionais permanentes do que por vínculos emocionais compartilhados. Nessas configurações sociais, o sentimento de pertencimento torna-se elemento estruturador das relações coletivas, favorecendo processos de identificação construídos em torno de experiências afetivas comuns. A razão deixa de ocupar posição exclusiva na organização da vida social e passa a dividir espaço com formas de adesão fundamentadas em emoções, sensibilidades e estilos de vida.

Essa transformação também é analisada por Illouz (2011), ao propor o conceito de capitalismo emocional. Segundo a autora, emoções deixam de constituir apenas experiências privadas para integrar os próprios mecanismos de funcionamento do capitalismo. Afetos, sentimentos e emoções passam a ser produzidos, administrados e incorporados às relações de consumo, às organizações, às relações familiares e aos diferentes espaços da vida cotidiana. A psicologia amplia sua presença nesse processo ao fornecer categorias, linguagens e práticas destinadas à administração da subjetividade, transformando experiências emocionais em recursos de produção, gestão e consumo.

Nesse contexto, pode-se compreender a emergência do *Homo sentimentalis*, expressão que procura destacar a crescente centralidade assumida pelas emoções na constituição da experiência humana. Ao lado de formulações clássicas como *Homo sapiens*, *Homo faber*, *Homo economicus* e *Homo viator*, tal concepção enfatiza que a vida social contemporânea passa a ser organizada também por processos afetivos continuamente explorados pelo mercado, pela cultura e pela política. Não se trata de substituir as demais dimensões da existência, mas de reconhecer que elas passam a ser atravessadas por mecanismos emocionais cada vez mais sofisticados.

Essa emocionalização da vida social não permanece restrita ao universo econômico. Ela também modifica profundamente as formas de exercício do poder. A utilização de afetos como instrumento de mobilização política antecede o contexto contemporâneo, mas adquire novas características diante das tecnologias digitais e das possibilidades de monitoramento permanente da subjetividade.

Ao analisar a ascensão do nazismo, Reich (1972) demonstra que a propaganda política não operava prioritariamente por argumentos racionais, mas pela mobilização de conteúdos

emocionais capazes de despertar medo, indignação moral, ódio e sentimentos persecutórios. A construção do inimigo político apoiava-se menos na demonstração objetiva dos fatos do que na produção de identificações afetivas capazes de deslocar conteúdos inconscientes reprimidos para determinados grupos sociais, transformando-os em ameaças permanentes à coletividade.

Nessa perspectiva, a adesão política deixa de ser compreendida exclusivamente como resultado de processos racionais de convencimento. Ela passa a envolver desejos, fantasias, mecanismos de identificação e diferentes formas de investimento afetivo que permitem compreender por que determinadas narrativas alcançam elevado poder de mobilização mesmo quando apresentam reduzida sustentação empírica. A intensidade dos afetos mobilizados frequentemente assume maior importância do que a própria comprovação factual dos acontecimentos.

As formulações de Han (2014) ampliam essa compreensão ao sustentar que o neoliberalismo desloca progressivamente o exercício do poder do corpo para a psique. Diferentemente da biopolítica disciplinar descrita por Foucault, centrada principalmente na vigilância dos corpos, a psicopolítica passa a atuar sobre pensamentos, desejos, emoções, expectativas e processos de subjetivação. A subjetividade converte-se em importante força produtiva e, simultaneamente, em objeto privilegiado das estratégias contemporâneas de poder.

As tecnologias digitais intensificam esse processo ao possibilitarem formas inéditas de monitoramento permanente dos indivíduos. Plataformas digitais, algoritmos, sistemas de armazenamento de dados e mecanismos de inteligência artificial permitem conhecer hábitos de consumo, preferências, padrões comportamentais e estados emocionais, produzindo intervenções cada vez mais precisas sobre a conduta humana. A subjetividade transforma-se em fonte contínua de informações estratégicas, favorecendo mecanismos de influência que frequentemente dispensam coerção direta e atuam mediante antecipação, previsão e orientação das escolhas individuais.

Segundo Han (2014), a emoção ocupa posição privilegiada nesse processo por atuar em nível pré-reflexivo, reduzindo mediações críticas e favorecendo respostas rápidas diante dos estímulos recebidos. A mobilização emocional torna-se, assim, um dos principais instrumentos da psicopolítica contemporânea, permitindo influenciar decisões antes mesmo que elas sejam submetidas à elaboração racional. Entretanto, reduzir a psicopolítica exclusivamente ao campo das emoções seria insuficiente. Ela envolve igualmente desejos, pulsões, memórias, expectativas, percepções, estruturas de personalidade e diferentes processos de subjetivação.

Paralelamente, observa-se uma crescente patologização da experiência humana. Conforme analisa Scull (2015), sucessivas edições do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* ampliaram significativamente o número de categorias diagnósticas, incorporando comportamentos anteriormente compreendidos como variações da normalidade. Psicologia e psiquiatria passam, assim, a desempenhar papel cada vez mais relevante na definição dos limites entre normalidade e patologia, ampliando o campo de intervenção sobre a subjetividade.

Nesse cenário, torna-se particularmente relevante distinguir dois processos frequentemente utilizados como sinônimos na linguagem cotidiana, mas conceitualmente distintos na tradição psicanalítica: o medo e a ansiedade. A diferenciação entre ambos constitui importante fundamento para compreender como estratégias psicopolíticas podem mobilizar diferentes formas de apreensão, insegurança e expectativa na produção de efeitos sociais e políticos.

A distinção entre medo e ansiedade constitui um dos fundamentos da teoria psicanalítica e oferece importantes subsídios para compreender processos contemporâneos de mobilização da subjetividade (Freud, 1996). Segundo Freud (2014), o medo está associado à percepção relativamente clara de um perigo ou ameaça, permitindo ao indivíduo reconhecer sua origem, avaliar riscos e organizar respostas defensivas compatíveis com as circunstâncias. Nessa perspectiva, o medo desempenha importante função adaptativa, pois favorece comportamentos de proteção, cuidado e defesa diante de situações potencialmente perigosas. Ao indicar a existência de riscos concretos, possibilita ao sujeito avaliar alternativas, reduzir danos e adotar estratégias de enfrentamento. Entretanto, quando assume intensidade desproporcional às circunstâncias, pode comprometer a capacidade de julgamento e produzir respostas que ampliam a própria situação de risco.

A ansiedade apresenta dinâmica distinta. Conforme Freud (2014), ela decorre de processos inconscientes que dificultam a identificação precisa da origem da ameaça. O Eu passa a experimentar estados persistentes de apreensão diante de estímulos internos e externos cuja elaboração ultrapassa sua capacidade imediata de controle. Ao contrário do medo, cuja redução pode ocorrer mediante o afastamento do objeto ameaçador, a ansiedade tende a prolongar-se justamente porque suas fontes permanecem parcialmente obscuras ao sujeito.

Freud (2014) distingue duas formas fundamentais de manifestação da ansiedade. A ansiedade-sinal atua como mecanismo antecipatório de proteção, advertindo o Eu acerca da

possibilidade de perigos futuros e permitindo o acionamento de recursos defensivos. A ansiedade traumática, por sua vez, instala-se quando a intensidade das estimulações excede a capacidade de elaboração psíquica, produzindo estados de desorganização emocional e cognitiva.

Os mecanismos de defesa descritos por Anna Freud (2006) constituem parte importante desse processo. Repressão, negação, projeção, racionalização e outras estratégias defensivas procuram preservar a integridade do Eu diante do desprazer provocado pela ansiedade. Estes mecanismos também podem alterar a percepção da realidade, interferindo na interpretação de acontecimentos, ameaças e conflitos.

A compreensão psicanalítica da ansiedade é ampliada pelas contribuições de Klein (1991, 1996), para quem as ansiedades persecutória e depressiva ocupam posição estruturante no desenvolvimento psíquico. A ansiedade persecutória relaciona-se ao temor de ataques provenientes de objetos percebidos como ameaçadores, enquanto a ansiedade depressiva decorre da possibilidade de perda ou destruição dos objetos amados. Ambas acompanham o desenvolvimento humano e permanecem influenciando diferentes formas de funcionamento psicológico ao longo da vida.

Embora medo e ansiedade frequentemente coexistam e possam intensificar-se mutuamente, apresentam dinâmicas distintas. O medo tende a reduzir-se quando a ameaça pode ser identificada e controlada. A ansiedade, ao contrário, prolonga-se em razão da dificuldade de reconhecer com precisão suas origens, exigindo processos mais complexos de elaboração psíquica. Em determinadas circunstâncias, ambos podem produzir estados persistentes de insegurança, vulnerabilidade e sofrimento psicológico.

Para os propósitos deste estudo, medo e ansiedade não são compreendidos como fenômenos exclusivamente intrapsíquicos nem independentes das condições concretas de existência. Ao contrário, articulam-se permanentemente às dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas, históricas e comunicacionais que constituem a experiência humana. Nessa perspectiva, tais dimensões estabelecem relações de interdependência compatíveis com a concepção de complexidade proposta por Morin (2015).

Essa compreensão permite ampliar a interpretação da psicopolítica contemporânea. Estratégias discursivas podem mobilizar simultaneamente medo e ansiedade ao combinar ameaças explicitamente identificáveis com situações marcadas pela incerteza, imprevisibilidade e indefinição quanto às suas consequências. Enquanto o medo direciona a atenção para perigos

concretos, a ansiedade prolonga estados de expectativa diante de riscos difusos, favorecendo formas contínuas de vigilância, tensão e instabilidade.

Partindo dessa problemática, este trabalho propõe-se a examinar medidas adotadas pelo governo Trump em relação ao Brasil entre fevereiro de 2025 e julho de 2026, articulando a análise documental de sua repercussão jornalística à observação de indicadores econômico-financeiros e de opinião pública nas intenções de voto das eleições presidenciais de 2026. O interesse não consiste em atribuir causalidade, mas em investigar como ações de elevada visibilidade pública podem produzir instabilidade, mobilizar expectativas e atuar sobre o ambiente psicossocial; político e econômico. Para sustentar tal interpretação, inicialmente são discutidas as transformações contemporâneas do autoritarismo, a centralidade da psicopolítica e o papel do medo e da ansiedade no discurso trumpista; em seguida, apresenta-se a análise empírica dos acontecimentos relacionados ao Brasil.

METODOLOGIA

Para a identificação das medidas adotadas pelo governo de Donald Trump em relação ao Brasil, realizou-se análise documental de notícias com triangulação de fontes jornalísticas. Foram selecionados os portais G1, UOL Notícias e CNN Brasil, considerando-se sua elevada audiência digital, abrangência nacional, cobertura regular de assuntos políticos nacionais e internacionais e possibilidade de acesso gratuito às notícias. A escolha também se fundamentou no ranking da Similarweb, no qual Globo.com, UOL e CNN Brasil ocupavam, respectivamente, a primeira, a segunda e a terceira posições entre os sites da categoria News & Media Publishers mais visitados no Brasil em junho de 2026 (Similarweb, 2026).

A utilização de três veículos distintos fundamentou-se na triangulação de dados, estratégia que possibilita articular diferentes fontes de informação na investigação de um mesmo fenômeno, contribuindo para ampliar o rigor e a qualidade da pesquisa qualitativa (Santana; Paiva Júnior, 2022).

A busca das notícias foi realizada por meio do Google nos três veículos selecionados, abrangendo o período de 9 de fevereiro de 2025 a 31 de julho de 2026. Inicialmente, considerou-se a utilização isolada do descritor “Trump”; contudo, diante da quantidade excessiva de resultados e da recuperação de grande número de notícias sem relação direta com o objeto do estudo, optou-se pela combinação dos descritores “Trump” e “Brasil”. Para conferir maior

especificidade à busca, foram utilizados os operadores `intitle:Trump` e `intitle:Brasil`, restringindo a recuperação às páginas em cujos títulos constassem ambos os termos. As buscas também foram delimitadas aos domínios específicos de cada veículo por meio do operador `site:`, utilizando-se `site:g1.globo.com` para o G1, `site:noticias.uol.com.br` para o UOL Notícias e `site:cnnbrasil.com.br` para a CNN Brasil. A delimitação pelo domínio específico teve como finalidade assegurar que os resultados pertencessem efetivamente aos veículos selecionados, evitando, especialmente no caso do domínio `uol.com.br`, a recuperação de conteúdos provenientes de outros portais, veículos ou subdomínios vinculados ao mesmo domínio geral. A estratégia de busca resultou inicialmente na recuperação de 558 registros, distribuídos entre G1 ($n = 170$), UOL Notícias ($n = 68$) e CNN Brasil ($n = 320$).

O marco inicial do *corpus* correspondeu ao anúncio, em 9 de fevereiro de 2025, da imposição de tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio pelos Estados Unidos, medida com repercussões diretas para o Brasil. O marco final foi estabelecido em 31 de julho de 2026, de modo a contemplar as medidas mais recentes adotadas durante o período de realização do estudo.

O processo de seleção foi orientado pelo recorte analítico da pesquisa, voltado à identificação de medidas, decisões ou ações do governo Trump capazes de produzir repercussões no espaço público brasileiro. Foram incluídos os acontecimentos que, além de atingirem diretamente o Brasil, o governo brasileiro, suas instituições ou agentes políticos nacionais, apresentassem potencial de ampla repercussão pública, política, diplomática ou econômico-financeira, especialmente quando relacionados a temas suscetíveis de interferir no debate público, na percepção acerca do governo e das instituições brasileiras, no ambiente político-eleitoral ou nas expectativas dos agentes econômicos. Esse critério permitiu distinguir medidas com potencial de produzir efeitos políticos e psicossociais mais amplos de acontecimentos de natureza predominantemente administrativa, protocolar ou bilateral, sem repercussão relevante para o problema investigado.

Foram excluídas as notícias que não apresentaram relação direta com o objeto investigado, bem como aquelas que apenas mencionaram Trump e o Brasil sem relatarem medidas, decisões ou ações de seu governo relacionadas diretamente ao país. Também foram excluídos acontecimentos cuja repercussão se restringisse a aspectos administrativos ou diplomáticos pontuais, sem potencial aparente de alcançar de maneira mais ampla o debate público, o ambiente político ou a conjuntura econômico-financeira brasileira.

A aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foi realizada de forma independente por dois autores do estudo, que atuaram como juízes na seleção das notícias, avaliando separadamente cada registro recuperado quanto ao atendimento aos critérios estabelecidos. As notícias consideradas elegíveis por ambos os juízes foram incluídas no *corpus*, enquanto as divergências de julgamento foram discutidas entre os autores até a obtenção de consenso.

Quando um mesmo acontecimento foi objeto de mais de uma notícia no mesmo veículo, foi selecionada a primeira notícia publicada na data em que a medida, decisão ou ação foi anunciada ou adotada. Notícias posteriores que apenas retomassem ou repercutissem o mesmo acontecimento foram excluídas, evitando-se duplicidade no *corpus*.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados cinco acontecimentos que atenderam ao recorte estabelecido: a imposição de tarifas de 25% sobre aço e alumínio; o anúncio de tarifa de 50% sobre produtos brasileiros; a revogação de vistos de Alexandre de Moraes, seus aliados e familiares; a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras; e a adoção de nova tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros.

Para cada um desses acontecimentos, procedeu-se à busca dirigida de notícias correspondentes nos três veículos selecionados, independentemente da formulação utilizada nos títulos, uma vez que a unidade de comparação foi o acontecimento e não a coincidência lexical entre as manchetes. As informações provenientes do G1, UOL Notícias e CNN Brasil foram então confrontadas, buscando-se identificar convergências, complementações e eventuais divergências quanto à ocorrência, à data, à natureza e às características das medidas noticiadas. Desse modo, a triangulação permitiu examinar os mesmos acontecimentos a partir de diferentes fontes jornalísticas.

Como procedimento complementar de verificação factual, cada um dos cinco acontecimentos foi cotejado com registros publicados pela Agência Brasil, canal de comunicação oficial do governo federal, e com documentos, notícias ou manifestações institucionais disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados.

Em etapa posterior da análise, os acontecimentos selecionados foram relacionados a fatos capazes de representar suas possíveis repercussões materiais no plano real, no ambiente econômico e político brasileiro, incluindo a variação de indicadores do mercado financeiro e, quando disponíveis e metodologicamente comparáveis, dados relativos à opinião pública, como as intenções de voto para a eleição presidencial de 2026. Essa etapa não pressupõe relação causal

entre as medidas adotadas e eventuais oscilações observadas, mas busca examinar sua proximidade temporal e sua possível associação com alterações no ambiente político, econômico e psicossocial em que foram produzidas e amplamente repercutidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou na identificação de cinco acontecimentos envolvendo medidas adotadas pelo governo de Donald Trump com potencial de ampla repercussão no espaço público brasileiro. Os episódios compartilham a capacidade de produzir efeitos simultaneamente políticos, diplomáticos, econômicos e psicossociais, incidindo sobre expectativas, percepções de risco e disputas simbólicas. Na Figura 1, abaixo, é possível observar as notícias relacionadas às medidas do governo Trump que representavam ameaças ao Brasil. Na coluna “Portais” é possível acessar o hyperlink das notícias em seus respectivos canais de comunicação.

Figura 1

Medidas do governo Trump relacionadas ao Brasil e triangulação jornalística

Data	Medida/acontecimento	Portais			
09/02/2025	Trump anuncia tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, com impacto direto sobre o Brasil.	G1	UOL Notícias	CNN Brasil	Agência Brasil
09/07/2025	Trump anuncia tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, com vigência inicialmente anunciada para 1º de agosto.	G1	UOL Notícias	CNN Brasil	Agência Brasil
18/07/2025	Governo Trump determina a revogação dos vistos de Alexandre de Moraes, de seus aliados no STF e de familiares imediatos.	G1	UOL Notícias	CNN Brasil	Agência Brasil
28/05/2026	Governo Trump decide classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras.	G1	UOL Notícias	CNN Brasil	Agência Brasil
16/07/2026	Governo dos EUA anuncia nova tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros.	G1	UOL Notícias	CNN Brasil	Agência Brasil

A triangulação das informações confirmou cinco medidas diretamente relacionadas ao Brasil. A primeira, a imposição de tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio. A segunda, o anúncio da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. A Terceira, a revogação dos vistos de Alexandre de Moraes, seus aliados e familiares. A quarta, a classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras. Enfim, a quinta, a imposição de nova tarifa de 25% sobre determinados produtos

brasileiros. A convergência entre os diferentes veículos de comunicação e a posterior confirmação por fontes institucionais reforçam a consistência factual do corpus analisado.

Mesmo que tais medidas apresentem conteúdos distintos, todas compartilham elevada capacidade de produzir repercussão pública. Algumas possuem natureza predominantemente econômica, outras diplomática ou político-institucional. Entretanto, em conjunto, revelam uma estratégia de comunicação caracterizada por anúncios de grande impacto, ampla divulgação midiática e elevada capacidade de mobilizar expectativas, inseguranças e controvérsias. Essa característica aproxima-se da concepção de psicopolítica proposta por Han (2018), segundo a qual o exercício contemporâneo do poder ultrapassa seus efeitos materiais imediatos e atua igualmente sobre percepções, emoções e processos de subjetivação.

Entre os acontecimentos identificados, destaca-se o anúncio da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, posteriormente conhecido como "tarifaço". Embora a medida tenha produzido forte repercussão econômica e política no momento de sua divulgação, sua configuração inicial foi desacelerando ao longo do tempo. Em novembro de 2025, parte da sobretaxa incidente sobre determinados produtos brasileiros foi retirada pelo governo norte-americano e, posteriormente, em fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos afastou o fundamento jurídico utilizado para justificar sua imposição, ao considerar que a interpretação adotada pelo Poder Executivo excedia os limites previstos na International Emergency Economic Powers Act (IEEPA). Portanto, tal medida, inconstitucional, dirigida ao Brasil e outras nações, teria mais uma função simbólica, psicopolítica, do que, de fato, material (Agência Brasil 2025, 2026).

Tais desdobramentos evidenciam que a intensidade dos efeitos produzidos no momento do anúncio não correspondeu, necessariamente, à permanência material da medida.

Sob a perspectiva da psicopolítica, esse resultado sugere que a eficácia de determinadas ações políticas não depende exclusivamente de sua implementação integral ou de sua duração, mas também da capacidade de produzir antecipadamente estados de expectativa, incerteza e percepção de ameaça. Conforme discutido por Han (2018), discursos políticos podem exercer influência significativa sobre indivíduos, instituições e mercados antes mesmo da concretização de seus efeitos objetivos, deslocando parte do exercício do poder para o plano da subjetividade.

Situação semelhante pode ser observada na revogação dos vistos de Alexandre de Moraes, de seus aliados e familiares. Diferentemente das medidas tarifárias, essa decisão apresentava reduzido potencial de impacto econômico direto. Ainda assim, adquiriu elevada visibilidade

política ao ser explicitamente vinculada pelo governo norte-americano às decisões judiciais envolvendo Jair Bolsonaro. Nessa perspectiva, a medida ultrapassa seu alcance diplomático imediato e pode ser interpretada como mecanismo de pressão simbólica dirigido não apenas às autoridades atingidas, mas também ao conjunto do ambiente político brasileiro.

A possibilidade de sanções direcionadas a integrantes de instituições nacionais amplia o potencial de mobilização do medo como instrumento político. Ao tornar pública a disposição de aplicar medidas punitivas a autoridades estrangeiras, o governo norte-americano produz um efeito que transcende seus destinatários imediatos e alcança diferentes atores políticos e institucionais. Conforme discutido no referencial teórico, o medo tende a operar quando a fonte da ameaça é claramente identificável, favorecendo respostas orientadas pela percepção concreta do risco. Sob esse aspecto, a revogação dos vistos constitui exemplo de estratégia psicopolítica baseada menos na produção de consequências materiais expressivas do que na construção pública de uma ameaça identificável.

A classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras também produziu ampla repercussão no debate público brasileiro. Mesmo que a medida tenha recebido elevado apoio popular quanto ao enquadramento das facções criminosas, sua interpretação política mostrou-se mais complexa quando analisada em conjunto com os dados de opinião pública. A concordância com a classificação não implicou apoio automático à possibilidade de intervenção norte-americana em território brasileiro nem se converteu, posteriormente, em vantagem eleitoral claramente identificável para os grupos políticos associados ao governo Trump. Esse resultado evidencia que a mobilização de percepções de ameaça pode produzir efeitos distintos sobre diferentes dimensões da vida política, reforçando a necessidade de distinguir repercussões simbólicas, econômicas e eleitorais.

Após a identificação e validação dos acontecimentos, procedeu-se à análise de suas possíveis repercussões imediatas sobre indicadores do mercado financeiro brasileiro, considerando-se as oscilações do dólar comercial e do Ibovespa observadas após a divulgação pública de cada medida.

Parte-se da hipótese de que os mercados financeiros tendem a antecipar os possíveis efeitos de medidas econômicas e políticas a partir do momento em que informações relevantes se tornam públicas. Nessa perspectiva, os agentes financeiros precificam as informações disponíveis e suas expectativas acerca das condições futuras, de modo que os preços dos ativos podem se ajustar antes mesmo da concretização dos eventos aos quais se referem (Mishkin,

2000). Assim, a resposta dos agentes pode anteceder a formalização ou a entrada em vigor de determinada medida, manifestando-se já diante de seu anúncio ou de sinalização suficientemente concreta de sua adoção.

Para examinar essa hipótese, considerou-se como marco temporal de cada acontecimento a primeira comunicação pública suficientemente concreta da medida, ainda que sua formalização ou entrada em vigor tenha ocorrido posteriormente. Foram observadas as variações da cotação do dólar comercial e do Ibovespa nos pregões relacionados a esse marco, comparando-se o comportamento dos indicadores antes e depois do anúncio.

Considerando a elevada sensibilidade dos mercados financeiros a novas informações e às alterações nas expectativas dos agentes (Mishkin, 2000), a análise não se restringiu aos valores de fechamento do dia do evento. Foram consideradas as oscilações intradiárias posteriores à divulgação ou, quando esta ocorreu fora do horário de negociação, a variação observada na abertura do primeiro pregão subsequente. Essa estratégia possibilitou identificar a resposta temporalmente mais próxima à disponibilização da nova informação aos investidores.

Para padronizar a identificação dessa resposta imediata, o momento de observação dos indicadores foi definido conforme o horário em que cada medida se tornou pública. Quando isso ocorreu fora do período de funcionamento do mercado financeiro, considerou-se a variação na abertura do primeiro pregão subsequente, tomando-se como referência o fechamento anterior. Quando a comunicação ocorreu durante as negociações, utilizou-se a oscilação registrada imediatamente depois, de modo a captar o comportamento dos agentes enquanto as operações estavam em curso. Esse procedimento buscou privilegiar a primeira resposta observável do dólar comercial e do Ibovespa, reduzindo a possibilidade de que movimentos posteriores, associados à incorporação de outros acontecimentos e informações, fossem interpretados como relacionados ao evento analisado.

Para fins analíticos, definiu-se como comportamento convergente com a hipótese a valorização do dólar frente ao real acompanhada de retração do Ibovespa após a comunicação da medida, movimentos interpretados como indicativos de aumento da percepção de risco no mercado brasileiro. A análise teve caráter descritivo e exploratório, sem atribuição de causalidade direta entre as ações examinadas e as oscilações observadas, uma vez que os ativos financeiros respondem simultaneamente a diferentes fatores domésticos e internacionais.

Figura 2

Reação do dólar e do Ibovespa aos anúncios de medidas do governo Trump relacionadas ao Brasil (2025–2026)

Fato	Dólar	Ibovespa
09/02/2025 – tarifa de 25% sobre aço e alumínio	+0,30%	+0,76%
09/07/2025 – tarifa de 50% ao Brasil	+1,75%	-0,25%
18/07/2025 – revogação dos vistos	-0,40%	+0,59%
28/05/2026 – PCC/CV como terroristas	+0,24%	-0,73%
16/07/2026 – nova tarifa de 25%	+0,19%	-1,24%

A análise dos indicadores financeiros revelou predominância de valorização do dólar frente ao real e retração do Ibovespa após a divulgação das medidas examinadas³. Esse comportamento foi observado principalmente nos episódios relacionados ao anúncio da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, à classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas e à nova tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros. Em conjunto, esses resultados sugerem que os mercados responderam de forma imediata às novas informações, ajustando expectativas quanto aos possíveis impactos econômicos das decisões anunciadas, ainda que tais efeitos fosse, posteriormente, atenuados, modificados ou mesmo revertidos.

A reação observada no mercado financeiro reforça a importância de distinguir os efeitos imediatos dos anúncios de seus desdobramentos posteriores. O episódio da revogação dos vistos de Alexandre de Moraes constitui a principal exceção ao comportamento predominante. Diferentemente das medidas tarifárias, essa decisão foi acompanhada por desvalorização do dólar e valorização do Ibovespa, sugerindo que o mercado a interpretou como um evento de natureza predominantemente política e diplomática, sem potencial de produzir impactos econômicos diretos sobre o comércio bilateral ou sobre a atividade produtiva brasileira. Esse resultado evidencia que nem toda medida de elevada repercussão pública produz respostas homogêneas nos indicadores financeiros, cuja dinâmica permanece influenciada por múltiplos fatores domésticos e internacionais.

Os resultados também evidenciam uma diferença entre a intensidade dos efeitos provocados pelos anúncios e a permanência efetiva das medidas. O chamado "tarifaço", por exemplo, produziu expressiva repercussão no momento de sua divulgação, acompanhada por

³ As notícias podem ser acessadas clicando nos hiperlinks, nas colunas das variações

aumento da cotação do dólar e retração do Ibovespa, na esfera econômica. Entretanto, parte das restrições posteriormente deixou de vigorar e o fundamento jurídico utilizado para sua imposição foi afastado pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Essa trajetória demonstra que a repercussão inicial de determinadas medidas pode superar significativamente seus efeitos materiais de médio e longo prazo.

Sob a perspectiva da psicopolítica, essa diferença adquire especial relevância. Conforme argumenta Han (2018), o exercício contemporâneo do poder não depende exclusivamente da implementação concreta das decisões. Mas, sobretudo, da capacidade de produzir estados de expectativa, insegurança e antecipação. O anúncio de uma medida pode mobilizar agentes econômicos, governos e opinião pública antes mesmo que seus efeitos jurídicos ou econômicos se materializem. Nessa lógica, o poder opera simultaneamente sobre fatos e expectativas, fazendo com que percepções de risco passem a integrar o próprio processo de produção dos acontecimentos.

Essa característica também se manifesta na forma como Donald Trump conduz sua comunicação política. Diversas medidas analisadas foram acompanhadas por anúncios de grande impacto, posteriormente modificados, flexibilizados ou parcialmente revertidos. Essa alternância entre ameaça, negociação, endurecimento e recuo produz um ambiente permanente de imprevisibilidade, no qual a incerteza passa a constituir parte da própria estratégia política. Mais do que a permanência das medidas, ganha importância a capacidade de produzir sucessivos estados de tensão capazes de influenciar decisões políticas, econômicas e institucionais.

Desta forma, enquanto determinadas medidas permitem identificar claramente a fonte da ameaça, favorecendo respostas orientadas pelo medo, outras mantêm elevado grau de indeterminação quanto à sua efetiva implementação, duração ou alcance, prolongando estados de ansiedade decorrentes da incerteza. Essa combinação amplia o potencial psicopolítico dos anúncios, pois articula simultaneamente ameaças concretas e expectativas indefinidas acerca de acontecimentos futuros.

A análise dos indicadores econômicos, entretanto, não autoriza estabelecer relações causais entre os anúncios e as oscilações observadas. Mercados financeiros respondem continuamente a fatores nacionais e internacionais que atuam de forma simultânea. Assim, os resultados devem ser compreendidos como associações temporais compatíveis com a hipótese de que medidas de elevada repercussão pública podem influenciar expectativas dos agentes

econômicos, sem que isso permita atribuir-lhes, isoladamente, a responsabilidade pelas variações registradas.

Politicamente, as medidas adotadas por Trump também produziram repercussões discretas, porém, menos previsíveis do que na esfera econômica.

No caso do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, a maioria dos entrevistados considerou que a medida causaria prejuízos à economia nacional e possuía motivação política. No mesmo contexto, pesquisas do Datafolha registraram aumento da proporção de entrevistados que afirmaram que o tarifaço ampliava sua disposição de votar em Luiz Inácio Lula da Silva, além de redução da parcela que declarou maior disposição de votar em Flávio Bolsonaro. Também predominou a percepção de que a medida buscava favorecer politicamente Flávio Bolsonaro (Datafolha, 2025a, 2026b).

No caso da classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras, os dados do Datafolha evidenciaram amplo apoio à classificação das facções, acompanhado de rejeição majoritária à possibilidade de ingerência dos Estados Unidos em território brasileiro. Esse resultado demonstra que a concordância com o conteúdo da medida não implicou adesão à intervenção de outro país sobre assuntos internos nem apoio automático ao projeto político associado ao governo Trump. A aceitação de uma política específica mostrou-se dissociada da aceitação de seus possíveis desdobramentos diplomáticos ou eleitorais (Datafolha, 2026a).

Situação semelhante foi identificada após o anúncio da nova tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros. Apesar da parcela majoritária dos entrevistados tenha interpretado a medida como tentativa de favorecer politicamente a candidatura de Flávio Bolsonaro, essa percepção não foi acompanhada por mudanças nas intenções de voto superiores à margem de erro das pesquisas (Datafolha, 2026b). Assim, ainda que os acontecimentos tenham sido percebidos como intervenções no ambiente político nacional, seus efeitos eleitorais mostraram-se reduzidos (Folha de S.Paulo, 2026).

Esses resultados permitem distinguir duas dimensões complementares da atuação psicopolítica.

A segunda diz respeito à efetiva conversão desses efeitos simbólicos em mudanças objetivas de comportamento político. Os dados analisados sugerem que o governo Trump obteve maior êxito na primeira dimensão do que na segunda. Em outras palavras, as medidas produziram

forte repercussão comunicacional e ampla circulação de narrativas, mas essa visibilidade não se converteu, de forma consistente, em alterações mensuráveis das preferências eleitorais.

Observa-se, portanto, que o exercício contemporâneo do poder não depende exclusivamente da coerção ou da produção imediata de resultados concretos, mas também da capacidade de influenciar percepções, expectativas e estados emocionais. Nesse sentido, a eficácia política de determinadas ações pode residir mais na produção permanente de atenção, insegurança e imprevisibilidade do que na obtenção dos objetivos explicitamente anunciados. Conforme a perspectiva da psicopolítica, esse episódio sugere que a estratégia adotada por Trump pode produzir efeitos mais relacionados à projeção de sua própria imagem de poder, imprevisibilidade e capacidade de intimidação do que à consecução dos objetivos políticos ou econômicos anunciados. Trata-se, nesse sentido, de uma dinâmica marcadamente autocentrada, na qual a demonstração pública de força e a produção de temor podem adquirir relevância própria, mesmo quando não resultam em benefícios evidentes para aliados políticos ou quando seus efeitos concretos não correspondem integralmente aos interesses nacionais sintetizados no lema *America First*.

Portanto, os resultados sugerem, ao contrário, que a repercussão eleitoral foi limitada e, em determinados momentos, a associação entre Trump e o bolsonarismo mostrou-se potencialmente contraproducente. Assim, a capacidade de produzir instabilidade econômica, atenção pública e percepção de interferência política não corresponde necessariamente à capacidade de converter esses efeitos em mudança efetiva das intenções de voto.

Os efeitos mais visíveis da psicopolítica adotada por Trump parecem, portanto, recair sobre sua própria figura e se cristalizar na construção de uma autoimagem: a do presidente dos Estados Unidos como liderança de alcance mundial, perigosa, capaz de ameaçar, sancionar, recuar e novamente avançar. Nessa perspectiva, mais do que a consecução efetiva dos objetivos anunciados, ganha centralidade a permanente reafirmação pública de sua própria potência e capacidade de intimidação. Trata-se da construção de uma figura que se apresenta como capaz tanto de sequestrar o presidente da Venezuela, em seu próprio país, quanto de assassinar o aiatolá do Irã, sem qualquer receio de retaliação.

Essa lógica torna-se particularmente evidente quando se observa o padrão de comunicação adotado por Donald Trump. Diversos episódios analisados caracterizam-se pela alternância entre anúncios de grande impacto, ameaças, recuos, negociações e reformulações posteriores. Mais do que simples inconsistência discursiva, essa dinâmica pode ser compreendida

como estratégia de permanente produção de incerteza. Ao combinar afirmações contundentes com sucessivas revisões de posicionamento, cria-se um ambiente em que governos, mercados e opinião pública permanecem continuamente mobilizados diante da possibilidade de novos acontecimentos.

Exemplo emblemático e ainda em curso trata do conflito que envolver os Estados Unidos e o Irã. O noticiário político e os analistas destacam a inconstância das falas de Trump. Não há uma coerência, uma continuidade de posições enunciadas ao longo de um determinado período de tempo que pode ser muito curto. É conhecida sua tática de fazer uma afirmação no começo do dia e desdizê-la ou dizer o contrário no período da tarde. Os anúncios feitos, em abril de 2026, em sua rede Truth Social não pouparam palavras assustadoras e aterrorizantes: “Uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada”, fazendo alusão a um possível ataque nuclear ao Irã. Quando questionado, na sequência, sobre a ameaça de guerra, desconversou. (León, 2026). Nos meses seguintes, em várias ocasiões mesclava, ao longo do dia, declarações de novos ataques militares com outras sobre negociações em andamento e a iminência de um acordo de cessar-fogo. Em agosto do mesmo ano, declarou que poderia lançar uma ofensiva militar de grande escala contra o Irã, afirmando que seu poder de destruição seria sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Dois dias depois, anunciou, por meio de sua rede social, que buscava uma solução diplomática a pedido do governo iraniano. Entretanto, autoridades iranianas negaram que tal solicitação tivesse sido feita, o que reforçou críticas da imprensa e de analistas internacionais de que o presidente norte-americano frequentemente recorria a declarações de forte impacto seguidas de mudanças de posição, frequentemente associadas a “blefes” (Liptak, 2026).

Sob esse enfoque, os efeitos psicopolíticos das medidas ultrapassam seus resultados econômicos ou eleitorais imediatos. A manutenção de um ambiente de imprevisibilidade contribui para reforçar a imagem pública de um líder capaz de alterar cenários políticos, econômicos e diplomáticos por meio de declarações, anúncios ou ameaças. A construção dessa imagem de líder supremo, absoluto e temível parece constituir um dos principais efeitos observados ao longo dos acontecimentos analisados, independentemente da permanência material de cada medida ou do alcance efetivo de seus objetivos declarados.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar as medidas adotadas pelo governo de Donald Trump em relação ao Brasil entre fevereiro de 2025 e julho de 2026 sob a perspectiva da psicopolítica, buscando compreender de que maneira tais ações poderiam mobilizar medo, ansiedade e percepções de ameaça no ambiente político, econômico e psicossocial brasileiro. Os resultados evidenciaram que essas medidas produziram repercussões diferenciadas. Enquanto os anúncios estiveram associados a respostas imediatas dos mercados financeiros, especialmente nas oscilações do dólar e do Ibovespa, seus efeitos sobre a opinião pública e as intenções de voto mostraram-se mais limitados. Esses achados sugerem que a principal força dessas ações reside menos em suas consequências materiais permanentes do que em sua capacidade de produzir instabilidade, mobilizar expectativas e projetar simbolicamente relações de poder.

Os resultados deste estudo permitem destacar os seguintes aspectos:

- a) as medidas adotadas pelo governo Trump apresentaram forte componente discursivo, caracterizando-se pela utilização de anúncios, ameaças e demonstrações públicas de poder voltadas à intimidação, à pressão política e à influência sobre governos, mercados e opinião pública, independentemente da efetiva implementação ou permanência das medidas anunciadas;
- b) a estratégia comunicacional observada caracteriza-se pela rapidez dos anúncios, pela alternância entre endurecimento e recuo e pela manutenção de elevado grau de imprevisibilidade, produzindo ambiente favorável à mobilização do medo diante de ameaças claramente identificadas e da ansiedade decorrente da incerteza quanto aos seus desdobramentos;
- c) a análise dos acontecimentos indica que a psicopolítica contemporânea opera simultaneamente sobre fatos e expectativas, utilizando recursos simbólicos capazes de produzir repercussões econômicas, políticas e psicossociais antes mesmo da concretização de seus efeitos materiais;
- d) a construção discursiva de inimigos, a produção permanente de estados de alerta e a ampliação da percepção de ameaça revelam a utilização de mecanismos compatíveis com estratégias autoritárias de mobilização da subjetividade, reforçando a importância dos processos psicológicos para a compreensão das disputas políticas contemporâneas;

- e) o estudo amplia o diálogo entre psicopolítica, psicanálise, comunicação política e relações internacionais ao demonstrar que decisões governamentais podem produzir efeitos relevantes não apenas por suas consequências concretas, mas também por sua capacidade de influenciar percepções, afetos, expectativas e comportamentos coletivos.

Em síntese, os resultados reforçam a importância de incorporar a dimensão psicopolítica às análises das relações internacionais e das disputas contemporâneas pelo poder. Ao evidenciar que estratégias de comunicação podem atuar simultaneamente sobre mercados, instituições e subjetividades, este estudo contribui para ampliar a compreensão dos mecanismos de influência presentes nas democracias contemporâneas e oferece subsídios para futuras pesquisas sobre os efeitos psicológicos, políticos e econômicos da comunicação governamental em contextos de crescente polarização e instabilidade internacional.

O presente estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus resultados. O recorte temporal, compreendido entre fevereiro de 2025 e julho de 2026, restringe a análise a um conjunto específico de acontecimentos, não permitindo avaliar seus possíveis desdobramentos posteriores. Além disso, a pesquisa fundamentou-se em análise documental de notícias, complementada por indicadores do mercado financeiro e de opinião pública, procedimento que possibilita identificar associações temporais, mas não estabelecer relações causais entre as medidas analisadas e as oscilações observadas. Por fim, a dinâmica das relações internacionais, dos mercados e da comunicação política caracteriza-se por rápidas transformações, de modo que investigações futuras poderão ampliar o período analisado, incorporar outros contextos nacionais e internacionais, diferentes fontes documentais e delineamentos metodológicos capazes de aprofundar a compreensão dos efeitos psicopolíticos das estratégias discursivas de governos sobre instituições, mercados e sociedades.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. (2025, 20 de novembro). *Trump retira tarifa de 40% sobre produtos do Brasil como café e carne*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-11/trump-retira-tarifa-de-40-sobre-produtos-do-brasil-como-cafe-e-carne>
- Agência Brasil. (2026, 20 de fevereiro). *Suprema Corte dos EUA derruba tarifaço imposto por Trump*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-02/suprema-corte-dos-eua-derruba-tarifaco-imposto-por-trump>
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d'Água.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*.

Companhia das Letras.

Bifo, F. (2007). *Generación post-alfa: Patologías e imaginarios en el semiocapitalismo*. Tinta Limón.

Datafolha. (2025a, 31 de julho). *89% dos brasileiros acreditam que tarifaço de Trump vai prejudicar a economia, segundo Datafolha*. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/89-dos-brasileiros-acreditam-que-tarifaco-de-trump-vai-prejudicar-a-economia-segundo-datafolha.shtml>

Datafolha. (2025b, 31 de julho). *Para 57%, Trump está errado ao pedir fim de julgamento de Bolsonaro em carta sobre tarifas*. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/datafolha-para-57-trump-esta-errado-ao-pedir-fim-de-julgamento-de-bolsonaro-em-carta-sobre-tarifas.shtml>

Datafolha. (2026a, 23 de junho). *59% apoiam classificar PCC e CV como terroristas; 74% repelem ingerência dos EUA*. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2026/06/datafolha-59-apoiam-classificar-pcc-e-cv-como-terroristas-74-repelem-ingerencia-dos-eua.shtml>

Datafolha. (2026b, 26 de julho). *Para 52%, Trump quer ajudar Flávio com tarifaço*. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/07/datafolha-para-52-trump-quer-ajudar-flavio-com-tarifaco.shtml>

Debord, G. (1977). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto.

Folha de S.Paulo. (2026, 16 de julho). *PT intensifica ataques para desgastar Flávio Bolsonaro com novo tarifaço de Trump*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/07/pt-intensifica-ataques-para-desgastar-flavio-bolsonaro-com-novo-tarifaco-de-trump.shtml>

Freud, A. (2006). *O ego e os mecanismos de defesa*. Artmed.

Freud, S. (1996). *Inibições, sintomas e angústia*. Em *Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira*. Imago.

Freud, S. (2014). *Obras completas* (Vol. 17: Inibição, sintoma e angústia; O futuro de uma ilusão e outros textos, 1926–1929). Companhia das Letras.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.

Han, B.-C. (2014). *Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Herder.

Han, B.-C. (2018). *Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyiné.

Illouz, E. (2011). *Intimidades congeladas: As emoções no capitalismo*. Editora Unesp.

Klein, M. (1991). *Notas sobre alguns mecanismos esquizoides*. Em *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (pp. 17–43). Imago.

Klein, M. (1996). *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*. Em *Amor,*

culpa e reparação e outros trabalhos (pp. 305–343). Imago.

León, L. P. (2026, 7 de abril). *Crime de genocídio: Trump ameaça eliminar civilização de 3 mil anos*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-04/crime-de-genocidio-trump-ameaca-eliminar-civilizacao-de-3-mil-anos>

Liptak, K. (2026, 3 de agosto). *Trump critica liderança do Irã e exige acordo ou rendição total*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-critica-lideranca-do-ira-e-exige-acordo-ou-rendicao-total/>

Maffesoli, M. (2011). *Sobre o nomadismo: Vagabundagens pós-modernas*. Record.

Mishkin, F. S. (2000). *Moeda, bancos e mercados financeiros*. LTC.

Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. Sulina.

Reich, W. (1972). *Psicologia de massas do fascismo*. Martins Fontes.

Rolnik, S. (1997). *Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempo de globalização*. Em D. Lins (Ed.), *Cultura e subjetividade: Saberes nômades*. Papirus.

Santana, R. C. B., & Paiva Júnior, F. G. (2022). *Triangulação metodológica na pesquisa qualitativa: Um estudo em periódicos brasileiros voltados ao turismo*. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 13(1), 67–81. <https://admjournal.com/index.php/rbadm/article/view/6798/3609>

Scull, A. (2015). *Madness in civilization: A cultural history of insanity, from the Bible to Freud, from the madhouse to modern medicine*. Princeton University Press.